

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2018.00005077-1

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por seu Promotor de Justiça com atribuição na Curadoria do Consumidor, com atuação regional nessa matéria, e o estabelecimento comercial Solange Duarte de Moraes (Pousada Sul), pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o n. 32.015.233/0001-54, com sede na Avenida Antônio Borges dos Santos, 62 e 72, Armação do Pântano do Sul, Florianópolis, Santa Catarina, 88066-400, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00005077-1, neste ato representada por Solange Duarte de Moraes, pessoa física, inscrita no CPF sob o n. 433.101.259-04, RG sob o n. 1168535, aposentada, doravante denominada **Compromissária**, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, art. 19 do Ato n. 335/2014/PGJ, e o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, na condição de anuente, representado pelo Tenente Marcel Pittol Trevisan, Chefe do Poder de Polícia da Seção de Segurança Contra Incêndio do 1º BBM, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece no artigo 5º, inciso XXXII, que o estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

CONSIDERANDO a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses difusos da sociedade por meio do artigo 129, inciso III, da Constituição da República; artigo 25, inciso IV, alínea "a", da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n. 8.625/93); artigo 90, inciso VI, alínea "b", da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (Lei Complementar n. 738/2019), e artigo 1º, inciso II, da Lei n. 7.347/85;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor

estabelece como direito básico do consumidor a proteção da vida, da saúde e da segurança contra riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos, conforme art. 6º, II, do Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO as disposições do Decreto n. 1.908/22, que aprova as normas de segurança contra incêndio no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Estadual n. 16.157/13, regulamentada pelo Decreto n. 1957/13, que dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o Inquérito Civil instaurado sob o n.06.2018.00005077-1 versando sobre eventuais irregularidades no estabelecimento Pousada Sul, em relação às normas de segurança contra incêndio e Pânico;

CONSIDERANDO, por fim, a expressa demonstração de interesse da COMPROMISSÁRIA em pactuar o que adiante segue, e que "o compromisso de ajustamento é garantia mínima, não limite máximo de responsabilidade";

RESOLVEM CELEBRAR TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, no curso do Inquérito Civil n. 06.2018.00005077-1, doravante denominado TERMO, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), alterado pelo art. 113, § 6º, da Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tendo como compromisso obrigações de fazer e não fazer pela **COMPROMISSÁRIA**, consistentes na adoção de medidas a fim de que o estabelecimento regularize no tocante das normas de segurança contra incêndio.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA

CLÁUSULA 1ª - A **COMPROMISSÁRIA** assume a obrigação de adequar-se às normas de segurança contra incêndio estabelecidas no Decreto-Lei Estadual nº 1.908, de 9 de maio de 2022, que regulamenta a Lei Estadual nº 16.157/2013, que prevêem a necessidade de existência de sistemas preventivos e de proteção contra incêndio.

CLÁUSULA 2ª. A **COMPROMISSÁRIA** assume a obrigação de fazer, consistente em regularizar, em todas as suas instalações, as alterações descritas no laudo de exigências elaborado pelo Corpo de Bombeiros [p.161/162], assim como as que se fizeram necessárias para a obtenção das licenças para funcionamento.

CLÁUSULA 3ª. A **COMPROMISSÁRIA** obriga-se a apresentar ao Corpo de Bombeiros Militar, no prazo máximo de 90 dias, a partir da presente data, o laudo do teste de estanqueidade do GLP, com ART, o laudo de teste de sonoridade/funcionalidade do sistema de alarme e detecção de incêndio (com ART), como, também, regular as condições da edificação citadas na última vistoria do dia 3/8/2022 do Corpo de Bombeiros, acerca dos alarmes de incêndio e central do GLP. Ainda, deverá solicitar vistoria para habite-se.

Parágrafo Primeiro – Simultaneamente à execução das adequações, a compromissária deverá protocolar pedido de vistoria junto ao Corpo de Bombeiros para que realize a vistoria na edificação.

Parágrafo Segundo – Em caso de indeferimento da vistoria do Corpo de Bombeiros, será deferido o prazo adicional de 60 dias para os ajustes finais, contando a partir da data do indeferimento pelo CBM.

Cláusula 4ª: O Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina compromete-se a fiscalizar o estabelecimento e adotar medidas administrativas cabíveis a fim que a **COMPROMISSÁRIA** regularize as normas de segurança e incêndio estabelecida pela legislação vigente, comunicando ao Ministério Público eventuais irregularidades verificadas.

DA MULTA

Cláusula 5ª: Qualquer violação ao presente TAC sujeitará a **COMPROMISSÁRIA** ao pagamento de multa pecuniária no valor de R\$ 1.000,00 por ocorrência, cujo valor será atualizado desde o dia de cada prática infracional até o efetivo desembolso, sendo o montante destinado ao Fundo de Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Primeiro – O valor da multa incidirá de forma independente para cada obrigação detalhada nas cláusulas deste instrumento, que porventura venham a ser descumpridas.

Parágrafo Segundo – O valor da multa não exime a compromissária de dar andamento à execução da obrigação não adimplida.

Parágrafo Terceiro – Não sendo efetuado o depósito do valor da multa, sua cobrança será realizada pelo Ministério Público, com atualização monetária e juros de 1% ao mês sobre o que deveria ser depositado.

Parágrafo Quarto – O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a execução específica das obrigações assumidas.

Parágrafo Quinto – O presente Termo de Compromisso de Conduta poderá ser protestado, em caso de seu descumprimento.

Cláusula 6ª: O Ministério Público do Estado de Santa Catarina compromete-se a não adotar qualquer medida judicial cível contra a **COMPROMISSÁRIA**, com referência ao ajustado, caso venha a ser cumprido o disposto neste instrumento.

Cláusula 7ª: Todas as cláusulas previstas no presente Termo têm aplicação imediata, a despeito da remessa posterior ao Conselho Superior do Ministério Público.

Cláusula 8ª: O Ministério Público do Estado de Santa Catarina poderá, a qualquer tempo, com a devida anuência do(s) signatário(s), diante de

novas informações, ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, determinando outras providências que se fizerem necessária, ficando autorizado, neste caso, a dar prosseguimento ao Inquérito Civil, eventualmente arquivado pelo Conselho Superior do Ministério Público, em decorrência deste instrumento.

Cláusula 9ª: Em caso de não execução dos compromissos previstos nas cláusulas anteriores, o Ministério Público providenciará a imediata execução judicial do presente título e/ou o manejo de Ação Civil Pública, a seu critério, sem prejuízo das sanções administrativas e penais a serem aplicadas.

Cláusula 10: A Compromissária fica ciente de que o cumprimento das obrigações constantes do presente termo não a dispensa de satisfazer qualquer outra exigência prevista na legislação, tampouco de cumprir qualquer imposição de ordem administrativa.

As partes elegem o foro de Florianópolis para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente TERMO.

Não constitui condição de eficácia do presente TAC - Termo de Ajustamento de Conduta, conforme previsão do art. 35 do Ato n. 395/2018/PGJ, a homologação, pelo eg. Conselho Superior do Ministério Público, do arquivamento do Inquérito Civil respectivo, ficando a empresa COMPROMISSÁRIA ciente, assim, da instauração, desde já, de procedimento administrativo de fiscalização do TAC firmado.

E, por estarem assim compromissados, firmam este TERMO em 3 vias de igual teor e forma, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e art. 1º da Resolução nº 179/2017 do Conselho Superior do Ministério Público e art. 784, IV e XII, do Código de Processo Civil.

Ficam, desde logo, os presentes, cientificados de que este Inquérito Civil, será arquivado, procedendo-se à abertura de procedimento administrativo próprio para fiscalização das obrigações acima assumidas.

Florianópolis, 24 de outubro de 2022.

WILSON PAULO MENDONÇA NETO
PROMOTOR DE JUSTIÇA
[assinado digitalmente]

SOLANGE DUARTE DE MORAIS
Compromissária

Tenente Marcel Pittol Trevisan
Chefe do Poder de Polícia da Seção de
Segurança Contra Incêndio - 1º BBM